

## **Tipografia da escravidão: uma análise da escravização em Laguna através dos jornais do pré-abolição (1880-1888)<sup>1</sup>**

*Typography of slavery: an analysis of enslavement in Laguna through pre-abolition newspapers (1880-1888)*

Valdenei Chagas de Moraes Junior<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo buscar analisar como era abordada a questão da escravidão nos jornais de Laguna publicados entre os anos de 1880 a 1888, de modo a compreender como os redatores pensavam as questões que envolviam o trabalho servil, assim como a figura do escravizado era vista e representada nos mesmos periódicos, além de buscar analisar como se deu a campanha abolicionista na mesma cidade. Para a pesquisa, foram usados como fontes os jornais disponíveis em acervo na Hemeroteca Digital Catarinense, sendo a maior parte do acervo digitalizada pela Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Escravidão em Laguna, História de Santa Catarina, Imprensa Oitocentista, Jornais de Laguna.

**ABSTRACT:** This article seeks to analyze how the issue of slavery was addressed in Laguna newspapers published between 1880 and 1888, to understand how the editors thought about the issues involving servile work, as well as how the figure of the enslaved was seen and represented in the same periodicals, as well as analyzing how the abolitionist campaign took place in the same city. For the research, the newspapers available in the collection of Hemeroteca Digital Catarinense were used as sources, most of the collection being digitized by the Public Library of the State of Santa Catarina.

**Keywords:** Slavery in Laguna, History of Santa Catarina, 19th century press, Laguna newspapers.

### **Introdução**

“A sociedade actual em que vivemos, cheia de prejuízos e preconceitos, oriundos todos da falta de educação e instrução do povo, olha com certa indiferença e desdem para o homem de côr”, assim se inicia a edição de 23 de janeiro de 1881 do jornal *A*

---

<sup>1</sup> Artigo realizado sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian, para a disciplina História da Escravidão no Brasil, ministrada no departamento História da UFSC.

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [valdeneijuniorsdm@gmail.com](mailto:valdeneijuniorsdm@gmail.com).

Tipografia da escravidão: uma análise da escravização em Laguna através dos jornais do pré-abolição (1880-1888) – Valdenei Chagas de Moraes Junior

*Verdade*, publicado e editado em Laguna, ligado ao Órgão Conservador e regido pelo advogado Thomaz Argemiro Ferreira Chaves. No mesmo texto, ele prossegue:

Creada, por assim dizer, desde o berço, a contemplar o triste espetáculo da escravidão – chaga cancerosa que lhe tem corroído o corpo, facto abusivo e absurdo que só tinha razão de ser deante dos barbaros principios, porque se regia a antiga Roma, direito injuridico, si assim pode-se dizer, do mais forte contra o mais fraco, atentado violento contra o direito mais sagrado do ser racional- a liberdade.<sup>3</sup>

Citações como a acima são comuns na imprensa oitocentista do século XIX, onde o discurso que pedia a extinção do sistema escravista se mostrou recorrente entre as páginas dos jornais no final da década. O episódio não se mostra diferente na cidade de Laguna, um importante ponto de destino de escravizados na segunda metade dos oitocentos devido à sua intensa produção de farinha de mandioca ao longo do mesmo século. Os jornais da época, notáveis propagadores de informação do período (por vezes, os únicos), acabam hoje sendo uma importante fonte de pesquisa para a compreensão de como se deu a fomentação do movimento abolicionista na localidade, assim como o funcionamento do sistema escravista.

Desse modo, o presente artigo busca analisar como os jornais de Laguna abordaram a temática da escravidão nos anos que antecederam à abolição, mais especificamente dos periódicos publicados no marco temporal de 1880 a 1888, analisando seus posicionamentos políticos no que se tangencia ao tema; buscando ainda, através dos noticiários, tentar entender como o escravizados eram representados nesses editoriais e o que eles nos denunciam, assim como a breve compreensão do sistema escravista em Laguna no período. Grande parte da análise realizada se deu no acervo do jornal “A Verdade”, ligado ao Órgão Conservador, isso devido à grande disponibilidade dos periódicos em acervo ainda hoje, já que o mesmo foi, em Laguna, o que teve o maior número de publicações no período analisado. Além dos periódicos, foi usado como apoio as bibliografias que abordam o tema a fim de proporcionar um maior enriquecimento do debate.

### **A farinha de mandioca e a escravização em Laguna**

A representação dos escravizados ou do discurso abolicionista se deu de forma tímida no início da década de oitenta no século XIX. Os jornais, muitos deles ligados

---

<sup>3</sup> A Verdade, Reforma Eleitoral, nº 105, 23 de janeiro de 1881, p. 1.

diretamente à partidos políticos, começaram a expressar com mais frequência seu posicionamento após 1884 - ano esse marcado pela eleição de deputados gerais do Império, onde o discurso abolicionista foi também usado como campanha política.

Contudo, até chegar nesse apoio expressivo entre os redatores de Laguna, a escravidão no sul do estado teve sua ascensão já no início do século. Segundo André Fernandes Passos, o século XIX teve seu início marcado pela constante chegada de novos escravizados africanos na região, isso devido ao incentivo da Coroa Portuguesa, ainda em meados do século XVIII, em fixar casais portugueses no litoral sul da colônia de modo a defender tais terras, resultando numa povoação que adquiriu uma grande quantidade de lotes para cultivo de grande escala, fornecendo a baixo custo um produto muito cobiçado no comércio Atlântico: a farinha de mandioca<sup>4</sup>, cuja produção era diretamente ligada e dependente da mão de obra escravizada.

A farinha de mandioca era uma importante fonte de alimento usada para o abastecimento da população em geral, mas também era um produto significativo para a alimentação nos navios negreiros transatlânticos que traziam os africanos comercializados até o Brasil. Esse crescente valor atribuído à farinha, somado à crise de abastecimento no Rio de Janeiro após a abertura dos portos em 1808, fez com que Laguna tomasse um papel cada vez mais significativo na produção e exportação desse produto, sendo responsável por 31,2% (do total de 157.207 alqueires) da exportação de toda a província de Santa Catarina entre os anos 1849 a 1850<sup>5</sup>, fortalecendo rotas comerciais entre a cidade e a capital do Império.

Todo esse contexto levou a um crescimento cada vez mais constante da mão-de-obra escravizada no Sul do litoral catarinense. Segundo Passos, “o maior interesse na Corte pela farinha de mandioca catarinense exigia a ampliação das unidades produtoras e a chegada de mais africanos novos (...) por meio do fluxo interno de cabotagem”<sup>6</sup>; os africanos novos, citados por Passos, se referem justamente aos africanos recém-chegados

---

<sup>4</sup> PASSOS, André F. O Comércio de escravos em Laguna nas primeiras décadas do século XIX. In\_: Revisitar Laguna, Florianópolis: Editora UFSC, 2021, p. 97.

<sup>5</sup> HUBENER, Laura Machado. O comércio da cidade do Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora UFSC, 1981, p. 24-29.

<sup>6</sup> PASSOS, op. cit., 2021, p. 101.

da África, que geralmente não sabiam falar português e tinham pouca adaptação ao contexto em que seriam inseridos<sup>7</sup>.

Com a Lei Eusébio de Queiroz<sup>8</sup>, em 1850, a dinâmica da escravidão em Laguna se viu afetada, assim como toda a província de Santa Catarina. Nesse cenário, as controvérsias quanto ao trabalho escravo tiveram sua ascensão, principalmente no mercado internacional, deixando o Império de Dom Pedro II em uma delicada situação quanto ao uso dessa mão-de-obra tão utilizada em terras brasileiras. Contudo, a escravidão ainda estava em alguns anos longe de seu fim, a Lei de 1850 proibiu o comércio transatlântico de escravizados do ponto de vista legal, mas sua promulgação não pôs o fim efetivo nas rotas transatlânticas de escravizados que passaram a ocorrer clandestinamente, o que não foi capaz de suprir a demanda requerida para o funcionamento efetivo da sociedade escravista, fazendo crescer um mercado já existente muito antes de 1850: o comércio interno de escravizados.

Rafael da Cunha Scheffer analisou que a população escravizada de Laguna teve uma diminuição lenta, após a Lei de 1850, se comparada com as demais localidades da província, como Desterro, onde o número caiu de 8.914 escravizados em 1852 para 3.209 em 1885, tendo um aumento significativo em 1859, onde o número chegou a 9.297. Já a Laguna de 1852 possuía 3.087 escravizados, tendo igualmente um aumento em 1859 - quando o número chegou no ápice de 4.098, caindo para 2.775 no final do período analisado<sup>9</sup>.

Scheffer liga essa diminuição lenta nos números de cativos à formação de famílias entre eles. Tal conclusão se embasa nos censos feitos após 1871, quando, sob determinações da Lei do Ventre Livre, passaram a ser colhidas as Matrículas Especiais de Escravos, reunindo informações sobre o número de escravizados por sexo, idade, e sua especialização de trabalho. O resultado mostrou que o número de mulheres cativas chegou quase que em equidade com os dos homens, a exemplo os de 1874, que expôs que dos 3.573 escravizados no município, 52% eram homens e 48% mulheres<sup>10</sup>. Somando esse

---

<sup>7</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.75-80.

<sup>8</sup> Lei de 4 de setembro de 1850, denominada “Lei Eusébio de Queiroz”, que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil, criminalizando quem a infringisse.

<sup>9</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. O comércio de escravos e os trabalhadores cativos em Laguna na segunda metade do século XIX. In\_: Revisitar Laguna. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, p.178.

<sup>10</sup> Ibid., p. 180.

dado ao número de escravizados por faixa etária fica claro que houve um aumento significativo de natalidade, sendo 39% do número total desse grupo sob a idade de 0 a 14 anos, dado que sugere eventual formação dessas famílias, já que essas crianças não poderiam ter chegado da África após 1850, e muito provavelmente também não vieram de outras partes do Brasil, visto que o comércio em Laguna no período já não exigia a aquisição de mais cativos de outras regiões do país<sup>11</sup>.

Esses dados nos ajudam a compreender o cenário em que se encontrava a cidade na década de 1880, assim como a vivência da população escravizada em Laguna no pré-abolição, o que contribuem para uma melhor análise da importância social e econômica dessa parcela da população, estando registrada nos editoriais da imprensa que movia os informes na localidade.

### **Escravidão e imprensa**

Primeiramente, pensemos então na imprensa catarinense. Ela teve sua gênese no ano de 1831, com o jornal “O Catarinense” fundado por Jerônimo Coelho, que publicava firmemente contra qualquer possibilidade de restauração do trono de D. Pedro I, revelando uma característica que ia se mostrar presente nos jornais da província até o fim do mesmo século: a vinculação com a política. Tal vinculação política não se dava somente ao posicionamento presentes em seus editoriais, mas sim em uma ligação direta com os partidos, funcionando muitas vezes como um porta-voz dos posicionamentos defendidos por eles. Essa coligação com os partidos se dava de modo a garantir a própria sobrevivência dos jornais que muitas vezes não conseguiam se manter por muito tempo nesse recente mercado consideravelmente novo em terras brasileiras, levando em consideração que, até a chegada da família imperial no Rio de Janeiro em 1808, a então colônia era proibida de realizar a impressão de gazetas e jornais em todo território sob domínio português<sup>12</sup>. Além disso, a inexistência de um Diário Oficial acrescentava aos jornais a função de publicação de decretos, leis e atos oficiais.

Segundo a análise de Arilton Teixeira, a impressão dos jornais das províncias se dava conforme a demanda de assinantes, não sendo possível a venda de materiais avulsos; nesse caso, se o jornal não fosse devolvido, automaticamente o portador já passava a ser

---

<sup>11</sup> Ibid., p.182.

<sup>12</sup> TEIXEIRA, Arilton. Catálogo analítico descritivo dos jornais lagunenses (1864 – 1900), o jornal como fonte histórica. Florianópolis: Dissertação de mestrado, UFSC, 1991, p. 47.

considerado assinante<sup>13</sup>. Laguna seguia o mesmo modelo de impressão tipográfica, tendo seu mercado jornalístico em maior crescimento a partir da década de 1880, quando a imprensa brasileira passou a alcançar cada vez mais as cidades distantes das capitais<sup>14</sup>.

A imprensa de Laguna, diferente das capitais, tinham um foco muito mais voltado para os acontecimentos locais que afetavam diretamente a cidade, se estendendo uma frequência moderada para o cenário nacional, como a publicação de telegramas que chegavam da capital e a republicação de noticiários dos jornais de diferentes cidades do país, raramente trazendo informativos sobre o cenário internacional.

Seguindo sempre os mesmos padrões, os jornais eram compostos de 4 páginas, com o título informativo do nome do jornal, assim como o partido ao qual ele era ligado (se assim o fosse), além da própria classificação como “noticioso”, “político” ou “humorístico”, sendo a maioria deles de publicação semanal, com certas exceções que variavam entre quinzenal e mensalmente. As primeiras páginas eram reservadas para um editorial político, com informativos de novos decretos, ou leis, assim como a opinião do redator sobre os assuntos levantados. As duas páginas seguintes eram reservadas para o noticiário local e nacional, com metades delas reservadas para literatura, como publicações de contos e crônicas de diversas autorias. Sobrando então para a última página os anúncios e propagandas, sendo nesta última a aparição frequente a temática da escravidão.

Lília Schwarcz, em sua obra “*Retrato em branco e negro*”, fez um levantamento quanto à representação da sociedade negra nos jornais de São Paulo no século XIX. Schwarcz pensa os jornais como um produto social, sendo resultado de um ofício exercido e sendo reconhecido socialmente, constituído ainda a um “objeto de expectativas, posições e representações específicas”<sup>15</sup>. Desse modo, a autora aponta para a necessidade de interpretar esses materiais como fontes que nos ajudam a entender como foram produzidos, consumidos, difundidos e repercutidos em seu tempo, trazendo maior compreensão para a formação da sociedade em época, sendo tal interpretação feita sem a intenção de tentar comprovar se o que foi escrito e noticiado na imprensa da época eram

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 40.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Gastão Thomaz. A imprensa do interior: um estudo preliminar. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983, p.23.

<sup>15</sup> SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15.

ou não acontecimentos verídicos<sup>16</sup>. Portanto, dessa mesma forma, ressalto a importância de compreender que o trabalho aqui presente foi analisado sob a mesma metodologia, perspectiva e com o mesmo objetivo.

### **Fugas, aluguel e vendas**

No início da década de 1880, eram frequentes os anúncios de vendas ou fugas de escravizados nas últimas páginas dos jornais. O jornal *A Verdade* é um exemplo, mostrando a frequência e como se davam esses anúncios, que geralmente eram feitos com os informes do nome do indivíduo, descrição física e até a suposição de seu destino, como mostra o retirado abaixo:

Acha-se fugido, há mais de um mez, o escravo pardo, de nome Ignacio, carpinteiro, pertencente a Francisco Nicoláo Fernandes. O mesmo escravo levou consigo um cavallo ensilhado e é de suppôr que esteja refugiado no Imaruhy ou cidade do Desterro. Roga-se, pois, a quem encontra-lo que o apreenda e leve-o a seo senhor no Siqueiro, ou entregue-o nesta cidade, á rua da Praia n. 40 que será bem gratificado.<sup>17</sup>

Personagens como Ignacio apareciam com frequência nos periódicos. Os prováveis pontos de destino dos fugidos eram constantemente apontados, assim como a recompensa para quem os encontrasse. Além disso, a repetição desses mesmos anúncios em edições posteriores era rotineira (como o caso de Ignacio, que aparece novamente na edição de nº 30), podendo indicar por quanto tempo esses escravizados ficaram fugidos, ou por quanto tempo se procurou por eles. Da mesma forma, pode se destacar um outro exemplo:

Anda fugida a escrava Marcollina parda, maior de 40 anos, tendo falta de dentes na frente. Levou chale cor de cinza com listras pretas, paletot de baela encarnada e vestido de chita da mesma cor. Quem apprehender ou der noticia dela na rua das Flores n. 2 esquina da do Rincão, será gratificado.<sup>18</sup>

O aviso de Marcollina se repete nas próximas três edições, sendo a última de 27 de maio do mesmo ano, levando à conclusão de que ela passou, no mínimo, 11 dias foragida, ainda que não seja possível concluir se ela foi recapturada ou não. Diferente

<sup>16</sup> Ibid., p.16.

<sup>17</sup> A Verdade, ESCRAVO FUGIDO, nº 29, 8 de janeiro de 1880, p.4.

<sup>18</sup> Id., FUGA, nº63, 16 de maio de 1880, p.4.

disso, uma outra representação fuga nos informa sobre o ocorrido após a captura do fugitivo, como é o caso de Raymundo, publicado na edição de nº 95.

Ante-hontem, pela manhã, apresentou-se na cadeia d'esta cidade. Ao comandante do destacamento, o escravo Raymundo.

O infeliz trazia ao pescoço um ferro vulgarmente conhecido pelo nome de gancho, um dos instrumentos que serve para manter a disciplina nas fazendas em geral.

Tirado o gancho, contou Raymundo a sua historia, pequena e simples, porém edificante.

Cançado de suportar o pesado jugo foi procurar nas selvas a sua utopia-fugiu.

Mas, graças, talvez, á liberalidade de seu senhor e ao faro dos sabujos incansáveis n'este gênero de caça, voltou á sua antiga condição.

Ou coagido ou por sua livre vontade, indemnizou seu senhor do prejuizo que sofreu no serviço durante sua ausência, dando-lhe a quantia de trinta mil réis, fructo de suas economias.

Entretanto não bastou, foi para o tronco onde passou 38 noites como prova com uma corda em que se contam 58 nós, representando cada um d'elles as noites que dormiu em tão commodo leito.

Como não sabe escreve, diz ele, usou deste expediente.

Raymundo declara que para o poder de seu senhor só voltara o seu cadáver.

Este infeliz é maior de 60 annos. <sup>19</sup>

O caso de Raymundo nos chama a atenção ao mesmo tempo que nos deixa alguns questionamentos. Não é informado por quanto tempo ele ficou foragido, mas através da quantia considerável que ele teve de pagar de indenização pela ausência de seus serviços, nos levam a crer que foi por um longo período. O castigo a ele aplicado também chama atenção, como o número de nós na corda em que se encontrava preso, 58, “representando cada um deles as noites em que dormiu em tão cômodo leito”<sup>20</sup>, denunciando que Raymundo provavelmente era recém adquirido pelo seu senhor, que visivelmente o submetia a violências e más condições de trabalho que, por conta de sua idade avançada, levaram Raymundo à decisão de fuga.

Mais frequentes que os anúncios de fuga no início da década de 1880, eram os anúncios de venda e aluguel de escravizados, através deles fica visível a variedade de faixa etária. Esses anúncios, no período analisado, se mostraram mais presentes entre os anos de 1880 e 1881, sendo menos frequentes em 1882 e completamente ausentes a partir de 1883.

<sup>19</sup> A Verdade, SCENAS DA ESCRAVIDÃO, nº 95, 14 de novembro de 1880, p.3.

<sup>20</sup> Ibid., p.3

Entre os anos de 1880 e 1882, há doze diferentes exemplos de anúncios de aluguel ou venda de sujeitos. Desses doze, seis anúncios eram de cativas mulheres, sendo duas delas com 20 anos de idade<sup>21</sup>, uma com 18 anos<sup>22</sup>, outra com 28<sup>23</sup>, e a mais velha entre elas com 43<sup>24</sup>, seguida da mais nova, com 12 anos de idade<sup>25</sup>. Os outros seis eram homens, o mais novo entre eles possuía 13 anos<sup>26</sup>, seguido por um com 17<sup>27</sup> e outro de 19 anos<sup>28</sup>; dois deles tinham 30 anos<sup>29</sup> e, por fim, um escravizado de 40 anos<sup>30</sup>. Vale ressaltar que, em muitos desses anúncios, eram informações de idade aproximadas.

Em quase todos os casos, o anúncio vinha especificado se o escravizado era “de cor preta” ou “crioulo”, assim como sua especialidade em trabalho voltado para a lavoura, carpinteiro ou oficial de pedreiro, sendo essas categorias mais restritas aos homens. No caso das mulheres, comumente foi adicionado as informações se tinha ou não experiência no trabalho doméstico, sendo esse diferenciado com grandes ou pequenas famílias; podendo ainda incluir se tinham ou não algum “vício” ou “moléstia”. Esses anúncios eram comumente repetidos em periódicos subsequentes, sendo mais frequente a repetição das divulgações de cativos com idade mais avançada, indicando uma possível dificuldade de venda de viventes mais velhos.

Na maioria dos casos, não é informado o valor cobrado pelos sujeitos vendidos, com raras exceções, que eram quase sempre ligadas ao alto valor do indivíduo, seja por sua especialidade ou por disputa de herança; eles ainda aparecem em editoriais diferentes dos reservados para anúncios onde eram divulgados os escravizados de menor valor. É o caso, por exemplo, do cativo Israel:

O Doutor Francisco Izidoro Rodrigues da Costa, Juiz de Ophãos nesta cidade da Laguna e seu termo, por S. M. I. etc.  
 FAR SABER aos que interessar possa, que a requerimento da viúva e inventariante dos bens do finado Coronel Antonio José de Bessa, tem de ser vendo em praça, por meio de proposta em cartas fechadas, que serão abertas no dia 29 de maio do corrente anno, o escravo crioulo de nome Israel, com 30 annos de edade, sadio, serviço de lavoura, avaliado

<sup>21</sup> A Verdade, nº 83, 22 de agosto de 1880, p. 4.

<sup>22</sup> Id., nº 168, 19 de março de 1882, p.4.

<sup>23</sup> Id., nº 58, 29 de abril de 1880, p.4.

<sup>24</sup> Id., nº 122, 22 de maio de 1881, p. 4.

<sup>25</sup> Id., nº 168, 19 de março de 1882 p.4.

<sup>26</sup> Id., nº 243, 30 de setembro de 1883, p.4.

<sup>27</sup> Id., nº 45, 11 de março de 1880, p. 4.

<sup>28</sup> Id., nº 110, 27 de fevereiro de 1881, p.4.

<sup>29</sup> Id., nº 35, 1 de fevereiro de 1880, p.4.

<sup>30</sup> Id., nº 128, 3 de julho de 1881, p. 4.

por novecentos mil reis, quem pretender compra-lo, apresente suas propostas em juízo ou no cartório, até o dia da audiência.<sup>31</sup>

### Violências e “histórias horríveis”

Eram igualmente comuns a publicação de relatos de violências contra e por escravizados. Os noticiários que repercutiam esses acontecimentos eram repletos de uma certa espetacularização, que geralmente colocavam o sujeito como ingênuo e incapaz, ou ligava-o diretamente ao roubo e à violência.

Como vimos acima, nos relatos de fuga geralmente era acrescentado o roubo de certos materiais pelo fugitivo, contudo, há relatos de casos em que o crime ocasionou a fuga. Em 20 de junho de 1880, o redator do jornal *A Verdade* publicou alguns “curiosíssimos espécimens” - assim por ele chamado-, que ele mesmo encontrara no cartório da província. Em um dos casos por ele trazidos há o, realmente curioso, caso de Valeriano da Cruz Calisto.

Tendo-me fugido um preso que acometeu um crime ou delicto e agora consta-me que ele se acha refugiado no seu quartirão, e por ser esse districto fora da minha jurisdição: rogo a V. S. o favor de me remeter o preso no prazo de 24 horas, o cujo preso he preto, escravo de João Marinho, do partido da opposição contra o governo; e o mesmo peço ás justiças, corregedores do crime, juizes e tudo o mais que atendendo a esta minha carta imprecatória hajão de lhe dar cumprimento como nella se contem que he um preto que foi causa de uma vaca acometer um suicídio em um pequeno, e isto em nome da lei dada a passada nesta cidade, etc. – Valeriano da Cruz Calisto.<sup>32</sup>

Esse inusitado caso revela o fluxo de fugidos entre cidades próximas. Apesar de não revelar a origem do escravizado, ainda é possível concluir que essas rotas eram comuns entre os que fugiam, assim como as limitações encontradas no processo de captura, podendo ela ser, em certas localidades, restrita ao local em que o fugido se encontrava então.

Por outro lado, há evidências em notícias quanto às violências às quais os escravizados eram submetidos. Em 11 de fevereiro de 1881, foi escrito ao redator do mesmo jornal o caso de uma vítima que foi cruelmente espancado por três homens em Laguna, levando a vítima à morte<sup>33</sup>. Os autores do crime foram João Vieira Maciel Xula, seu filho Antonio e um capanga, que assassinaram o escravizado de Manoel Vicente

<sup>31</sup> Id., nº 57, 25 de abril de 1880, p.3.

<sup>32</sup> Id., Collega e Sr., nº 73, 20 de junho de 1880, p.3.

<sup>33</sup> Id., nº 110, 27 de fevereiro de 1881, p. 2.

Silveira Goulart. O caso chama a atenção pela figura de Xula que, segundo informações em edições anteriores do próprio jornal<sup>34</sup>, era escrivão do subdelegado Ovidio José da Rosa. Tendo ambos, na mesma data da audiência, partido em serviço para prender o criminoso Jeremias Bananeira, em Araranguá, a viagem e a procura por Xula acabaram ocasionando em uma busca não só pelo tal criminoso em Araranguá, mas também do escrivão. A carta pede para que a justiça seja feita em favor do proprietário do cativo assassinado.

Há ainda relatos de escravizados que foram assassinados sem o conhecimento dos autores do crime. Como mostra a publicação de 6 de junho de 1880, mostrando um caso que acontecera em Jundiaí, publicado pela Província de São Paulo <sup>35</sup> em 13 de maio do mesmo ano.

Na terça-feira foi aqui sepultado um escravo, para melhor dizer, o esqueleto de um escravo, barbaramente maltractado por castigos, como viram muitas pessoas desta cidade. Os ferimentos eram terríveis; os ossos estavam de fora, as partes genitais gravemente cortadas pelos açoutes; as feridas da perna, pelo ferro, cheias de vermes; até as costelas sofreram. <sup>36</sup>

Ainda que o ocorrido não tenha sido em Laguna, a divulgação desse fato no jornal indica a repercussão do caso assim como a espetacularização da violência e das tragédias pelo veículo. A exemplo podemos citar a notícia sob o título em destaque “HORRÍVEL DESASTRE” <sup>37</sup> que foi publicada, em 1 de abril de 1880. O recorte conta o caso de uma jovem em situação de escravidão de 17 anos, do propriedade de Manoel Madeira Sobrinho que havia vindo acompanhado de sua família e seus cativos de Tubarão para Laguna para acompanhar as festividades da semana santa. Aconteceu que a jovem, ao levantar-se de manhã para fazer fogo, tendo dificuldade em fazer queimar o combustível, adicionou folha de vinho no mesmo e, ao fazer isso, fez levantar uma chama que, ao entrar em contato com a folha, causou uma explosão, derramando o líquido em seu corpo fazendo com que a chama se espalhasse sobre ele. A notícia ainda informa que a moça ficou em deplorável estado e, mesmo com os esforços dos medicamentos dados a ela após

---

<sup>34</sup> Id., nº 10, 7 de setembro de 1879, p. 4.

<sup>35</sup> Jornal fundado em 1875, defendia ideários republicanos sendo fortes críticos da monarquia. É hoje o atual Estado de São Paulo.

<sup>36</sup> A Verdade, Causa Horror!, nº 69, 6 de junho de 1880, p.3.

<sup>37</sup> Id., HORRÍVEL DESASTRE, nº 50, 1 de abril de 1880, p. 2-3.

Tipografia da escravidão: uma análise da escravização em Laguna através dos jornais do pré-abolição (1880-1888) – Valdenei Chagas de Moraes Junior

o ocorrido, veio a falecer algumas horas depois. Abaixo dos informes, há um aviso alertando quanto ao uso de querosene para facilitar no processo de fazer fogo.

Outro tipo de casos pertinentes são os de suicídio, muito frequentemente relatados por toda a população, tendo alguns casos envolvendo pessoas em situação de escravidão, como mostrado na publicação de 7 de março de 1880.

Suicidou-se, atirando-se á bahia desta cidade uma escrava do sr. Chrstovam Alves Gomes; a infeliz fugira de casa de seos senhores na noute de 2 do corrente e fôra encontrada morta na manhã de 4, junto ao trapiche do sr. Francisco Fernandes Martins. A autoridade competente procedêo ao respectivo auto de corpo de delicto.<sup>38</sup>

Essas notícias apareciam em uma frequência considerável nos jornais e, quando era o caso, muitas vezes recebiam destaque em sua titulação chamando a atenção do leitor assim que fossem abertas as páginas. Nelas, é perceptível um certo padrão de permanência da noção do escravizado como uma propriedade de seu senhor, em poucas ocasiões nos é informado a identidade dos sujeitos, restringindo os mesmos à nomeação de “escravo(a) do senhor”, padrão diferente vistos nos anúncios de fuga, que davam nome, endereço e até a descrição física dos sujeitos.

### **Discurso, campanha abolicionista e o 13 de maio**

Thomaz Argemiro Ferreira Chaves nasceu em 1851, em Recife. Se formou em Direito pela Faculdade de Direto do Recife, vindo posteriormente atuar na profissão em Laguna, onde montou um escritório de advocacia que atendia também a vizinha Tubarão. Thomaz fundou o jornal *A Verdade* em 1879, que teve circulação até setembro de 1885, um pouco antes de sua morte em novembro do mesmo ano<sup>39</sup>. O jornal, como já vimos acima, era um órgão noticioso, político e literário. Justamente por ser ligado ao Órgão Conservador, as opiniões políticas sobre os mais diversos assuntos eram comuns em suas páginas, o que não podia deixar de fora a opinião do jornal e seus redatores quanto à escravatura e ao movimento abolicionista que passaria a ganhar ainda mais força ao longo da década de oitenta.

Em 23 de janeiro de 1881, Thomaz Chavez inicia uma edição com o texto “Reforma Eleitoral” trazendo seu ponto de vista quanto ao tratamento social em que

<sup>38</sup> Id., SUICÍDIO, nº 44, 7 de março de 1880, p. 3.

<sup>39</sup> (MEMÓRIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/874-Tomas\\_Argemiro\\_Ferreira\\_Chaves](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/874-Tomas_Argemiro_Ferreira_Chaves)> ).

recebia o homem preto, tanto o em situação de escravidão, quanto o em situação de liberdade. Ao longo dele, Chavez se refere à sociedade como já estando ela destinada a subjugar o homem de cor devido a sua própria falta de educação, e por ser uma sociedade enraizada no preconceito, sendo ela “criada desde o berço a contemplar o triste espetáculo da escravidão”<sup>40</sup>. No mesmo texto, ele prossegue, afirmando que é negado ao negro o princípio mais vital do ser racional: a liberdade, não restando dessa mesma forma, uma esperança sequer para o sujeito de mudar esse cenário em sua sociedade.

Partindo daí, Chavez questiona então os motivos que levaram a subjugação da população negra à tal condição: “Vivendo a vida selvagem, (...), a vida da besta do campo, sem nenhuma ideia absolutamente do bem e do útil, do justo e do honesto. sem mesmo quase a ideia de Deos, tem sido assim tratado, (...), como desprezível alimaria”<sup>41</sup>.

Chavez direciona esse discurso não diretamente ao homem escravizado, mas inclui também o homem negro, visto que ele prossegue justificando que a sociedade não via diferença entre o escravizado e o liberto, ligando o discurso estritamente à cor do sujeito, e não à sua condição de escravidão, o que ajuda a entender o motivo pelo qual “o homem de côr, o ingênuo, o liberto, o escravo, são considerados verdadeiros pariás, ilótas da sociedade”<sup>42</sup>. Desse modo, ele questiona quais seriam as verdadeiras diferenças, para a sociedade, entre o liberto e o escravizado, sendo este primeiro “um pouco mais do que o escravo, e muito menos do que o homem”<sup>43</sup>. Sua reflexão continua na declaração feita pelo governo liberal, que havia proclamado a emancipação dos direitos políticos dos libertos, dessa forma

(...) o escravo boçal, que ainda hontem vivia sob o azorrague do bárbaro senhor, mas que, por uma das voltas que dá a roda da fortuna, vê quebrados os laços que o prendiam ao captiveiro e acha-se gozando de sua liberdade, péde ser eleito deputado a assembléa geral legislativa ou escolhido senador do império (...). Não há exagero, por que o liberto é elegível, e aquelle escravo de hontem é o liberto de hoje.<sup>44</sup>

Tais aquisições da liberdade por ele ditas podem ser tanto a aquisição das alforrias, que o escravizado adquiria através de seu pecúlio acumulado, ou ainda àqueles escravizados que tinham direito à liberdade devido a Lei do Ventre Livre, de 1871, onde

<sup>40</sup> A Verdade, Reforma Eleitoral, nº 105, 23 de janeiro de 1881, p. 1.

<sup>41</sup> Ibid., p.1.

<sup>42</sup> Ibid, p.1.

<sup>43</sup> Ibid., p.1

<sup>44</sup> Ibid, p.1.

o mesmo jornal esporadicamente divulgava a lista de pessoas que, por ela, tinham direito à liberdade através do Fundo de Emancipação.

Chavez se mostra apreensivo ao alcance de tal liberdade, cenário em que ele até coloca como ideal, onde esses ex-escravos teriam direito a ela a tal ponto em que passariam ocupar um assento na câmara, mas faz ressalvas demonstrando desconforto com a situação, como mostra o destaque abaixo.

Será edificante realmente que, a par do provector estadita, do orador abalisado, do conselheiro da corôa, vejamos um dia tomar assento na câmara temporária ou vitalícia um ingênuo ou liberto da geração que vae passando!

Um ingênuo ou liberto, que quer dizer – um homem quase embrutecido, sem educação, sem instricção, sem merecimentos, sem aptidão absolutamente para os altos cargos da representação nacional.

Não è que condemnos a idéia em si, não, ella é grandiosa, estabelece o regimen da liberdade, combatemos, sim é a inopportunity da ocasião, pois essa reforma não se compadece com o espirito da actualidade, e, alem de tudo, importa ella em democratizar-se de mais a monarchia.

E de duas uma, ou essa disposição não passará de letra morta no nosso corpo de leis, ou, a ser exequível, serpa de perniciosos efeitos a sua praticabilidade, em todo o caso é uma inconveniência.

Depois, não se compreende como possa ser elegível o ingenuo ou liberto, n'um paiz em que a escravidão existe de facto e de direito, e em que aos olhos da sociedade ella avilta e degrada o homem – escravo, de modo a fugir-se até ao seo contacto. <sup>45</sup>

Do mesmo modo, Chavez reconhece a improbabilidade de esse cenário se tornar real pois fica claro que essa não era uma vontade governamental, visto que não havia nenhum incentivo para a educação de escravizados, libertos e para a parte mais pobre da população, sendo dever então dos coryphêos<sup>46</sup> da liberdade propagar esse discurso, para que vejam cumprido o seu dever, ligando ainda ao fato da própria desavença da sociedade para com o homem negro.

Contudo, uma questão em relação à abolição da escravatura levantava questionamentos, não só pelo redator do *A Verdade*, mas também pela população como um todo. Era visível, devido ao contexto social, que a abolição da escravatura já era mais uma questão de quando aconteceria e não mais se aconteceria, o que levou Chavez a tratar do assunto pensando qual seria a melhor forma de fazê-lo. Na 32ª edição<sup>47</sup> do jornal, publicado em fevereiro de 1880, há a notícia elogiando o projeto de abolição da

<sup>45</sup> Ibid, p.1.

<sup>46</sup> Pessoa que ocupa posição de chefia, autoridade.

<sup>47</sup> CHAVEZ, Tomaz. A Verdade, Que Projeto!, nº 32, 20 de fevereiro de 1880, p.2.

escravatura proposto pelo ministro do ultramar em Cuba, onde foi decidido a liberdade de todos os escravizados acima de 55 anos a partir da futura data 17 de setembro do mesmo ano, sendo prevista a liberdade aos escravizados acima de 45 anos para 17 de setembro de 1882, sendo seguidos, nos próximos dois anos futuros na mesma data, a liberdade dos escravizados acima de 40 anos, seguido da liberdade dos maiores de 35 anos em 1886, dos acima de 30 anos em 1888, finalizando com a liberdade de todos os escravizados em 1890<sup>48</sup>.

Esse modelo de abolição de modo gradual era muito prestigiado e defendido pelo jornal, sendo defendido pelo próprio redator posteriormente. Na 278ª edição do jornal, o redator se queixa do novo imposto de 10\$000 por procuração de venda de cativos, destacando que essa promulgação estava dificultando a vinda de novos escravizados para as províncias do Império, já que o comércio interno de uma província para outra, outrora tão comum, havia se tornado uma prática rara. Chavez ainda nega que o jornal era escravocrata por criticar tal decisão, destacando seu posicionamento abolicionista, mas defendendo que a abolição da escravatura deveria ser de modo gradual, de modo que não fosse prejudicar não só os senhores, mas também os próprios escravizados; visto que, na visão dele, não bastava somente libertar os escravizados, era preciso substituí-los e não os deixar à própria sorte sem dar-lhes um destino conveniente. “O escravo, liberto embora, entregue a si mesmo, aos seus instintos, á sua educação, pode ser fatal á sociedade. Aproveitemos o que elle tem de util e não o deixemos bestialisar-se todo”<sup>49</sup>.

O questionamento quanto à substituição da mão de obra escrava era uma preocupação constante em uma sociedade que, enraizada no modelo de exploração pela escravização, tinha dificuldades em ver substituído um trabalho tão essencial para sua manutenção, como era o trabalho servil naquele contexto. Em uma publicação, Chavez vê com bons olhos a naturalização dos estrangeiros vindo para a província, visto que, com a aquisição de terras, os estrangeiros aqui se estabeleceram, vendo ali a possibilidade de substituição do trabalho servil pelo trabalho desses colonos.

Essa realmente é que é a verdadeira colonização, são os seus braços os de que caceremos para substituição do braço escravo, que tende a desaparecer em breve, são elles os colonos que mais nos pódem convir

---

<sup>48</sup> A abolição em Cuba aconteceu sim de modo gradual, contudo, não do modo noticiado pelo redator. Para saber mais consultar: SCOTT, Rebeca J. Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-86, 1987.

<sup>49</sup> A Verdade, nº 278, 15 de junho de 1884, p.1

e a quem mais facilmente podemos acomodar aos nossos usos e costumes, elles que já estão acostumados ao nosso clima.<sup>50</sup>

A posição do redator foi ainda usada diversas vezes como campanha política quando Thomaz Chavez concorreu à deputado geral que ocorreu em 1884, quando ele fez questão de se mostrar a favor da abolição da escravatura, deixando claro que apoiava o modelo de abolição gradual, sendo decidido a libertação dos escravizados de 60 anos de idade, seguidos dos de 50 anos, até que se chegasse à abolição de todos os que se encontravam no trabalho servil<sup>51</sup>.

A partir de 1885, há um aumento significativo das divulgações dos escravizados que tinham direito ao fundo emancipatório, juntamente com a notícias que informavam sobre os projetos que estavam sendo discutidos para a resolução do elemento servil, resultando na Lei de 28 de setembro de 1885, que libertou os escravizados acima de 60 anos. Setembro de 1885 marca também o fim do jornal *A Verdade*, que parou de ser publicado um pouco antes da morte de Thomaz Chavez, em novembro.

Em outros jornais, como o *Echo Lagunense*, o mesmo padrão se repete, ainda que não tenha sido possível fazer uma análise mais completa quanto às posições do jornal devido ao pequeno acervo disponível. Contudo, fica claro a posição desse mesmo jornal a favor do movimento abolicionista, a exemplos de alguns editoriais que constam poesias e textos que refletem sobre o trabalho servil e na subjugação dos negros à tal situação, sendo presente igualmente a divulgação da lista de escravizados com direito ao Fundo de Emancipação<sup>52</sup>.

É baixo o acervo disponível de jornais entre os anos de 1887 e 1888. Contudo, no jornal *Dez de Março*, sendo um periódico que teve um curto período de circulação (de 20 de maio 1888 até o fim do mesmo ano), há um relato muito interessante sobre a comemoração em Laguna após o 13 de maio. Sob o título “Não há mais escravos no Brasil!”, a matéria abre reconhecendo tal promulgação à Princesa Imperial Regente do Brasil, Isabel. A notícia mostra, com detalhes, como foi a recepção da notícia em Laguna.

No dia 10 do corrente foi esta população despertada de seu letargo pela noticia telegrafica de que passára em sessão extraordinária na câmara

<sup>50</sup> Id., Reforma Eleitoral, nº 106, 30 de janeiro de 1881, p. 1-2.

<sup>51</sup> Id., Ao eleitorado do 2º Distrito, nº 290, 25 de setembro de 1884, p.1.

<sup>52</sup> Os escritos mencionados se encontram nas seguintes edições:

*Echo Lagunense*, nº 70, 7 de outubro de 1886, p. 1.

*Echo Lagunense*, nº 73, 20 de novembro de 1886, p. 3.

dos deputados em 3ª discussão, o projecto extinguindo a escravidão no Brazil:

Immediatamente soaram ao ar inúmeros foguetes e a banda da musica União dos Artistas percorreu as ruas tocando escolhidas [ilegível] de seu repertório.

A noite, a convida-lo digno presidente da cidade, houve uma sessão extraordinária onde compareceram todos os vereadores e sendo [ilegível] ao povo o salão da câmara, ali se fiseram ouvir alguns oradores.

[...]

Depois a camara e o povo reunidos, trazendo á frente a mesma banda de musica percorreram as ruas, soltando entusiasticos vivas á Princesa Imperial, ao gabinete, aos abolicionistas e ao povo Lagunense, cumprimentando em sua passagem esta redacção e a redacção do Trabalho, estação telegraphica, os Srs. Dr. Juiz de direito interino da comarca e presidente da municipalidade, orando ainda por essa occasião os Srs. Francisco Barreiros, Dr. Varejão e redactor d'este periódico.

No dia 13, ao saber-se que a Serenissima Princesa Imperial Regente sancionára o Decreto sobre a extinção do elemento servil, redobram os festejos.

As bandas de musica União dos Artista e Santa Cecilia percorreram as ruas e o povo em massa victoriava a Princesa Imperial, o gabinete, os abolicionistas e a imprensa.

A noite houve nova sessão na câmara, orando por parte da municipalidade o redactor d'esta folha e os Srs Aranha, Manoel Barreiros, Alvim, Carlo Faria e Drs. Barros e Messeder, sendo todos muito aplaudidos e recebendo diversos boques de flores offerecidos pelos ex-escravizados.

Depois da sessão a municipalidade e o povo percorreram as ruas em grande entusiasmo, saudando em sua passagem a imprensa, o Dr. Juiz de direito interino e o presidente da municipalidade terminando os festejos a altas horas da noute.

No dia seguinte, os ex-escravizados percorreram as ruas levando á frente a banda de musica União dos Artistas e fazendo saudações áquelles a quem deviam a liberdade, indo até a casa do Dr. Messender onde lhes foi oferecido um copo d'agua.

Felizmente o Brazil não possui mais escravos; devendo este gigantesco successo aos esforços do glorioso gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira.

Novas eras de prosperidade vão raiar, um futuro enorme está preparando ao Imperio do Brazil.<sup>53</sup>

A notícia é finalizada com dando “viva!” ao movimento abolicionista, ao partido conservador e à Princesa Imperial Regente. Justamente pela grande quantidade de informações, ela acaba tendo uma grande importância para a compreensão de como estava

<sup>53</sup> Dez de Março, Não há mais escravos no Brazil!, nº4, 29 de março de 1888, p.1.

o clima em Laguna na véspera da abolição, chamando a atenção não somente o festejo feito em torno do dia em que se abriu a votação em para a promulgação da Lei Áurea, mas também após o 13 de maio, indicando desde já para a construção da Princesa Isabel como uma figura compadecida com a causa abolicionista estritamente ligada ao fim da escravatura, dando aos escravizados o papel de coadjuvantes no processo que, nesse roteiro, tem suas lutas e formas de resistências silenciadas, sobrando apenas o agradecimento aos abolicionistas que lutaram para pôr fim ao sistema que os subjugaram por séculos.

### **Considerações Finais**

A imprensa sempre teve o papel significativo para a história do Brasil, já que era um veículo de informação em função do bem-estar social, por vezes usada como instrumento alienação de modo a favorecer o governo vigente ou não; de qualquer forma, a questão política está sempre envolvida, não sendo possível desvinculá-la desse adjetivo ao partir para sua análise. O discurso presente nesses veículos quase sempre buscavam favorecer algum posicionamento político sobre outro. Ao partir para a análise dos jornais de imprensa do século XIX, por exemplo, precisa ter em mente essas características, mesmo que se busque a analisar apenas o que neles há escrito, sem buscar justificar e/ou comprovar a veracidade de seu conteúdo, ainda assim, é preciso levar em consideração o contexto social e político da sociedade em que esses periódicos circularam.

Se decidi a análise desses veículos justamente pela consciência de que, mesmo com tais características, os jornais são uma fonte de informação e pesquisa de extrema importância para a compreensão da sociedade da época. Desse modo, levando em consideração toda a questão da escravidão presente em Laguna, fica claro que os escravizados eram figuras que tinham grande participação na vida em sociedade, mesmo que não tendo uma representação de fato nos editoriais da imprensa da província. Suas constantes aparições entre as páginas dos jornais denunciam sua importância para a economia local, sendo comprovação para tal fato em meio a uma historiografia que constantemente colocou essa mesma população no silêncio, como é o caso da narrativa histórica construída em Laguna.

A mão de obra escravizada era, de fato, importante para o funcionamento da economia lagunense, e a questão abolicionista, que estava em plena efervescência em todo Império, não deixou de se espelhar na província catarinense que, nos editoriais de

imprensa, anunciavam as suas insatisfações e anseios. Mesmo sendo válido ressaltar que essa análise não mostra claramente a complexidade do período para o entendimento da situação dos escravizados na cidade, justamente por ser uma análise tangenciada à um período específico e somando isso às limitações dos arquivos disponibilizados pela hemeroteca, que possuem poucos periódicos completos (em acervo e em estado de conservação), ainda assim fica visível que a questão abolicionista era um dos pontos centrais em Laguna não só no setor econômico, mas também social. Contudo, o tema ainda é uma grande possibilidade para um trabalho mais atento e aprofundado do tema, podendo se estender para um marco de temporalidade maior para tentar observar com mais clareza as mudanças dos discursos presentes nos jornais ao longo dos anos.

O tema da escravidão deve, então, continuar a ser explorado na historiografia do Sul do Brasil, de modo a contribuir para a desconstrução de uma história que constantemente apagou esses personagens do passado e, ao fazer isso, tentar analisar não somente a importância econômica desse grupo ou o volume de escravizados para cá trazidos, mas também perceber como a sociedade que aqui vivia, como personagens na história, pensava a questão do trabalho servil, além de, se possível, traçar o ponto de vista dos próprios sujeitos que se encontravam privados de sua liberdade. Em síntese, sabendo que a imprensa foi historicamente usada como porta-voz de suas sociedades, acaba sendo um bom ponto de partida sujeitar suas tipografias, colunas e textos à pesquisa.

#### **Fontes Impressas<sup>54</sup>**

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 10, 7 de setembro de 1879.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 29, 8 de janeiro de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 35, 1 de fevereiro de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 44, 7 de março de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 45, 11 de março de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 50, 1 de abril de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 57, 25 de abril de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 58, 29 de abril de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 63, 16 de maio de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 69, 6 de junho de 1880.

CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 73, 20 de junho de 1880.

---

<sup>54</sup> Todas as fontes impressas utilizadas estão digitalizadas e disponíveis digitalmente em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Laguna.html>> Acesso em abr, mai, jun de 2023.

- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 83, 22 de agosto de 1880.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 95, 14 de novembro de 1880.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 83, 22 de agosto de 1880.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 105, 23 de janeiro de 1881.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 110, 27 de fevereiro de 1881.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 122, 22 de maio de 1881.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 128, 3 de julho de 1881.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 168, 19 de março de 1882.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 243, 30 de setembro de 1883.
- CHAVEZ, Thomaz. **A Verdade**, nº 278, 15 de junho de 1884.
- OLIVEIRA, Pedro G. **Echo Lagunense**, nº 70, 7 de outubro de 1886.
- OLIVEIRA, Pedro G. **Echo Lagunense**, nº 73, 20 de novembro de 1886.
- Dez de Março**, nº 4, 29 de maio de 1888.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Gastão Thomaz. **Imprensa do interior: um estudo preliminar**. São Paulo, Convênio IMESP/DAESP, 1983.
- HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA**. Biografia Tomás Argemiro Ferreira Chaves. 2022. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/874-Tomas\\_Argemiro\\_Ferreira\\_Chaves](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/874-Tomas_Argemiro_Ferreira_Chaves)>. Acesso em: 12 de junho de 2023.
- PASSOS, André F. O comércio de escravos em Laguna nas primeiras décadas do século XIX. In: MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.), SAYÃO, Thiago J. (Org.), **Revisitar Laguna**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.
- SCOTT, Rebecca J. Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-86. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.17, n.3, p.457-485, Set./Dez. 1987.

Tipografia da escravidão: uma análise da escravização em Laguna através dos jornais do pré-abolição (1880-1888) – Valdenei Chagas de Moraes Junior

- SCHEFFER, Rafael da Cunha. O comércio de escravos e os trabalhadores cativos em Laguna na segunda metade do século XIX. In: MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.), SAYÃO, Thiago J. (Org.), **Revisitar Laguna**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.
- SCHWARCZ, Lília. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TEIXEIRA, Arilton. **Catálogo analítico descritivo dos jornais lagunenses (1864-1900)** “O jornal como fonte histórica”. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1991.